

A transição portuguesa para a democracia

António Costa Pinto*

A transição portuguesa foi a mais complexa da Europa do Sul nos anos 70. A sua fase mais conturbada decorre entre 1974 e 1976, com a aprovação da Constituição e as eleições legislativas e presidenciais. Ainda sem grandes constrangimentos internacionais pró-democratizadores e em plena guerra fria, a ruptura provocada pelos militares deu lugar a uma crise acentuada do Estado, potenciada pela simultaneidade entre democratização e descolonização.

A literatura sobre os factores de queda das ditaduras é vastíssima mas alerta-nos pelo menos para os perigos das armadilhas finalistas: uma vez derrubadas, as razões do seu súbito ocaso tornam-se aparentemente de uma clareza cristalina. No caso português estes elementos de explicação estão longe de ser claros e a queda da ditadura teria sido mais provável em diversas outras ocasiões. A grande singularidade da transição portuguesa foi a intervenção democratizante do movimento dos capitães, rara senão única no século XX, e que estava longe de ser previsível, muito embora a guerra colonial os tivesse tornado actores centrais de qualquer mudança política.

A intervenção militar deu-se num contexto ditatorial onde existiam elites alternativas, com laços sólidos com alguns segmentos da sociedade civil. A presença de uma oposição semi-legal e clandestina ao

Salazarismo, e a emergência da “ala liberal” dissidente do Marcelismo, muito embora com escassa ligação aos militares que desencadearam o golpe de Estado, foi fundamental, pois constituiu de imediato uma opção legitimada pelo combate à ditadura.

Ao contrário de Espanha, Portugal conheceu uma transição por ruptura, ou seja sem qualquer pacto ou negociação entre a elite da ditadura e as oposições, mas não existe uma relação directa entre esta acentuada descontinuidade e a radicalização subsequente. A clivagem em torno da descolonização, motor inicial do conflito entre muitos dos obreiros do golpe e o

Seria precipitado considerar a CEE um elemento determinante na consolidação da democracia em Portugal. Para uma parte da elite política portuguesa da época, no entanto, a adesão era vista como uma garantia de consolidação democrática interna e como uma alavanca para a modernização do país.

general Spínola, marcou a emergência política do Movimento das Forças Armadas (MFA). Reside aqui, creio, a abertura de um espaço de mobilização política e social e concomitante crise do Estado, que pode explicar a incapacidade das elites moderadas dominarem “por cima” a rápida institucionalização da democracia representativa. Muitas análises da transição portuguesa salientaram justamente esta “revitalização da sociedade civil” como factor de radicalização, mas convém sublinhar que esta se desenvolve

em paralelo com a predominância deste “chapéu” protector e é dificilmente imaginável sem ele.

Os tímidos movimentos de ruptura simbólica e de elites com o passado começaram então a desenvolver-se. O rápido e multidireccionado movimento de “saneamentos”, variante portuguesa de uma “justiça transicional”, foi disso exemplo. Após uma rápida decisão de afastamento da elite política da ditadura e de alguns militares, este movimento de “desfascização” começou a envolver a administração pública e o sector privado, caracterizou-se pela sua progressiva radicalidade, atingindo quadros muito abaixo da elite política mais “visível” do regime deposto, ainda que de forma muito desigual. As reivindicações de criminalização política da PIDE e de outros organismos repressivos também cresceram.

Foi também sob esta pressão que os partidos que iriam representar a direita e o centro direita se formaram. Após a ilegalização de várias formações com o 28 de Setembro e o 11 de Março, o CDS, responsável pela integração no sistema democrático de segmentos mais autoritários da sociedade portuguesa, iria estar na fronteira da ilegalização até às primeiras eleições, em 25 de Abril de 1975.

A queda de Spínola, a aceleração da descolonização, a reforma agrária e as nacionalizações são símbolos e motores de uma acentuada crise do Estado que alimentaram poderosos movimentos sociais. A decisão do MFA de respeitar o calendário eleitoral foi o elemento central da abertura de uma legitimidade fundadora do regime democrático e a sua realização, em 25 de Abril de 1975, dotou

* Investigador Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais

os partidos moderados de uma alavanca poderosa.

Seria simplista considerar o “verão quente” de 1975 apenas como a tentativa do PCP impor uma ditadura apoiada pela União Soviética. O desenvolvimento de fortes estruturas



políticas de base, como as comissões de trabalhadores, o desafio que a extrema esquerda representou nesta conjuntura de crise, e a própria penetração política desta nas forças armadas, são exemplos de uma maior complexidade, que não pode ser reconvertida em mera “conspiração programada”.

Portugal conheceu então uma conjuntura de polarização rara neste século, sobretudo pela mobilização anti-revolucionária da província. Muito embora protagonizada pelo PS e PSD em Lisboa e no Porto, à medida que o sector moderado do MFA se preparava para o 25 de Novembro, a mobilização de província a norte do Tejo só é possível com a entrada em cena da hierarquia da Igreja Católica e a mobilização paroquial, em conjunção com a notabilidade conservadora local. Acompanhada pela mobilização de elementos de direita e extrema direita, militares e civis, a ofensiva anti-esquerdista passou por uma onda de violência política contra as sedes do PCP e da extrema esquerda, bem como pela emergência de líderes populistas associados às elites de província.

Portugal sofreu, durante o curto período de 1974-75, uma significativa intervenção externa, não só diplomática, como também na própria estruturação dos partidos políticos, organizações da sociedade civil, e na estratégia anti-esquerdista no “verão quente” de 1975. Por outro lado, o caso português foi tema divergente nos fora internacionais, da NATO à CEE, passando pela relações entre estas instituições e o então bloco socialista, dirigido pela União Soviética. Quaisquer que sejam os indicadores escolhidos, parece

não oferecer dúvidas que o período de 1974-75 em Portugal conheceu grande “saliência internacional”.

Apanhada de surpresa pelo golpe, a comunidade internacional, com particular relevo para os EUA, concentrou-se no apoio às forças políticas democráticas de centro esquerda e de direita, na metrópole, e no acompanhamento e intervenção no rápido processo de descolonização, particularmente em Angola. Perante uma fortíssima mobilização política e social esquerdista, um tecido económico com um forte sector nacionalizado e a fuga generalizada de capitais e da própria elite económica, os partidos moderados só conseguiram um mínimo de implantação e de funcionamento com um apoio significativo ao nível financeiro e da formação de quadros por parte da administração norte-americana e das organizações internacionais das “famílias políticas” europeias, com as segundas servindo por vezes de mediadoras do apoio da primeira.

A intervenção militar de 25 de Novembro marcou o passo do processo de consolidação da democra-

cia, com as eleições legislativas e presidenciais de 1976. Muito embora com heranças importantes da transição inseridas na Constituição e uma presença militar no sistema político que se arrastará até ao final dos anos 70, deram-se neste período os passos fundamentais da consolidação da democracia.

Enquanto actor internacional, a CEE foi um observador discreto da transição portuguesa, não deixando de dar sinais políticos a favor de uma democracia pluralista, ao mesmo tempo que fornecia algum apoio económico. Seria, no entanto, precipitado, considerar a CEE, enquanto actor internacional, um elemento determinante na consolidação da democracia em Portugal. Para uma parte da elite política portuguesa da época, no entanto, a adesão era vista como uma garantia de consolidação democrática interna e como uma alavanca para a modernização do país.

Foi fundamentalmente no contexto das elivagens políticas de 1975



que os partidos políticos de direita e de centro esquerda reforçaram a constelação “europeia” e “comunitária” como referência para Portugal, perante alternativas socialistas e terceiro mundistas. No contexto de uma transição polarizada em 1974-75, a opção europeísta foi um elemento central de ruptura com o passado ditatorial, isolacionista e colonial, assumindo inicialmente um dimensão anticomunista e anti-revolucionária. ■